

Caminhos para uma Abordagem Psico-Socioambiental: Contribuições da psicossociologia para as discussões socioambientais

Pathways for a Psycho-Environmental Approach:
Contributions of psychosociology to socio-environmental discussions

Caminos a un Enfoque Psico-Social y Ambiental:
Aportes de la psicología social a los debates sociales y medioambientales

Voies vers une approche psycho-socio-environnementale: contributions
de la psycho-sociologie aux discussions socio-environnementales

Alex de Castro Fiuza*
lexfiuza@gmail.com

Samira Lima da Costa**
biasam2000@gmail.com

Carlos Frederico Bernardo Loureiro***
fredericoloureiro89@gmail.com

Resumo

Em um contexto marcado por diversos ‘conflitos ambientais’, o presente artigo, enquanto ensaio teórico, apresenta argumentos advindos da ecologia social, da ecologia política e da psicossociologia para evidenciar a inerente indissociabilidade entre os aspectos sociais, econômicos, ambientais e psicológicos desses conflitos. Ao propor o ‘trabalho’ como categoria analítica e articuladora entre essas diferentes, porém integradas dimensões, defende-se uma leitura psico-socioambiental dos ‘conflitos ambientais’ a partir do campo psicossocial. Esse posicionamento favorece, por um lado, a compreensão destes conflitos e, por outro, articulações políticas que visam um projeto societário mais justo, diverso e viável.

Palavras-chave: *conflito ambiental; trabalho; universos simbólicos; emancipação; crise socioambiental.*

Abstract

In a context marked by several 'environmental conflicts', this article, as a theoretical essay, presents arguments from social ecology, political ecology and psychosociology to highlight the inherent inseparability between the social, economic, environmental and

* Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio e Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social-EICOS/UFRJ/Rio de Janeiro/RJ/Brasil

** Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ e Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social-EICOS/UFRJ/Rio de Janeiro/RJ/Brasil

*** Faculdade de Educação e Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social-EICOS /UFRJ/Rio de Janeiro/RJ/Brasil

Como citar: Fiuza, A. C.; Costa, S. L.; Loureiro, C. F. B. (2018) Caminhos para uma abordagem psico-ambiental: contribuições da psicossociologia para as discussões socioambientais. *Psicologia Política*, 18(41), p. 42-54

psychological aspects of these conflicts. By proposing 'work' as an analytical and articulating category between these different but integrated dimensions, a psycho-socio-environmental reading of 'environmental conflicts' is advocated from the psychosocial field. This position favors, on the one hand, the understanding of these conflicts and, on the other hand, political articulations that aim at a more fair, diverse and viable project to society.

Keywords: *social and environmental conflicts; work; symbolic universes; emancipation; social and environmental crisis.*

Resumen

Em un contexto marcado por varios 'conflictos ambientales', mientras que este artículo ensayo teórico presenta argumentos que surgen de la ecología social, la ecología política y la psicología social para poner de relieve la indivisibilidad inherente de sociales, económicos, ambientales y psicológicos tales conflictos. Al proponer el 'trabajo' como una categoría analítica y articulador entre estas diferentes dimensiones, pero integrados, defiende una lectura psico-socio-ambiental de 'conflictos ambientales' desde el ámbito psicosocial. Esta posición favorece, por un lado, la comprensión de estos conflictos y, por otro articulaciones políticas, orientadas a un proyecto social más equitativa, diversa y viable.

Palabras clave: *conflictos ambientales; trabajo; universos simbólicos; emancipación; crisis socioambiental.*

Résumé

Dans un contexte marqué par plusieurs «conflits environnementaux», cet article, en tant qu'essai théorique, présente des arguments d'écologie sociale, d'écologie politique et de psychosociologie afin de mettre en évidence le caractère indissociable des aspects social, économique, environnemental et psychologique de ces conflits. En proposant le «travail» comme catégorie analytique et articulée entre ces dimensions différentes mais intégrées, une lecture psycho-socio-environnementale des «conflits environnementaux» est préconisée dans le champ psychosocial. Cette position favorise, d'une part, la compréhension de ces conflits et, d'autre part, les articulations politiques qui visent un projet d'entreprise plus équitable, diversifié et viable.

Mots-clés: *conflit environnemental; travail; univers symboliques; émancipation; crise sociale et environnementale.*

Introdução

Diversos estudos e autores descrevem as contradições inerentes ao sistema capitalista e suas consequências em termos de alienação nas relações sociais e destruição ambiental. As formas sociais inerentes ao sociometabolismo do capital são estruturadas em desigualdades e se baseiam na primazia da propriedade privada dos meios de produção, da livre iniciativa, da competição e do lucro; dessa forma, configurando valores e subordinando a existência humana ao processo de acumulação de capital.

Segundo Marx (2008), o modo de produção capitalista se caracteriza fundamentalmente pelo fato do trabalhador, ao perder o controle e a propriedade dos meios de produção, ter que vender a força de trabalho ao proprietário (capitalista); e, relacionado a isso, no movimento de produção da existência social, subordinar o sentido da produção material aos interesses de acumulação da riqueza social, sob relações de expropriação e dominação.

A produção capitalista se caracteriza pela dissociação plena entre os ‘trabalhadores’ e os ‘meios de produção’, pela presença de um ‘não-trabalhador’ que, pela propriedade daqueles meios pode impor as condições de produção, garantindo a extração de uma mais-valia¹ que servirá para uma reprodução do processo, ampliada em escala historicamente inédita (Duarte, 1999, p. 59).

Vinculado a estas características há outro elemento que o distingue de outros modos de produção. As relações de produção, em outros modos de produção e organização social focadas para o usufruto direto (subsistência) daqueles que localmente eram trabalhadores e com direito de uso dos meios de produção (sob regimes distintos de propriedade), começaram a ser direcionadas para a produção generalizada de mercadorias.

No caso do escravismo e do feudalismo, ambos modos de produção baseados na exploração de classe, a massa da produção está voltada inteiramente para satisfazer as necessidades dos produtores e da classe exploradora. A questão principal não é o que é produzido, mas sim a divisão do produto social entre exploradores e explorados. No capitalismo as coisas são muito diferentes. O desenvolvimento da divisão de trabalho significa que a produção em cada local de trabalho é agora altamente especializada e separada dos outros locais de trabalho: cada produtor não pode satisfazer suas necessidades a partir de sua própria produção. Um trabalhador numa fábrica de abridores de latas não pode comer abridores de latas. Para viver ele deve vendê-los a outros. Os produtores são, portanto, interdependentes em dois sentidos: eles precisam cada um dos produtos dos outros, mas eles também precisam uns dos outros como compradores de seus produtos para que eles possam obter o dinheiro com o qual comprem aquilo que precisam. Este sistema Marx chama de produção generalizada de mercadoria (Callinicos, 2004, p. 3).

Segundo os autores supracitados, naqueles modos de produção distintos do capitalismo, o trabalho social concreto é, ao menos em parte, diretamente trabalho social. A produção é fundamentalmente para o valor de uso: para satisfazer as necessidades de seus produtores, sendo que as relações de troca existentes se dão subordinadas a estas. Onde a produção é destinada determinantemente para a troca, contudo, não há uma conexão necessária entre o trabalho útil realizado por um produtor particular e as suas necessidades materiais sociais e individuais.

¹ A ‘mais-valia’ é o ‘valor excedente’ gerado pelo ‘tempo de trabalho excedente’ de um trabalhador que não é proprietário de seus meios de produção. Esse excedente é em relação ao ‘tempo de trabalho necessário’ para que o trabalhador produza o valor que lhe é pago pelo capitalista, sendo ‘valor excedente’ o gerador do lucro que o capitalista tem a partir do trabalho alheio.

Marx assinalou que as mercadorias podem existir sem capitalismo. Dinheiro e comércio são encontrados em sociedades não capitalistas.

Todavia, a troca de mercadorias em tais sociedades é principalmente um meio de obter valores de uso, as coisas das quais as pessoas necessitam. A circulação de mercadorias em tais circunstâncias toma a forma de M-D-M, onde M é mercadoria e D dinheiro. Cada produtor toma sua mercadoria e a vende por dinheiro para comprar uma outra mercadoria de outro produtor. O dinheiro é apenas o intermediário na transação (Callinicos, 2004, p. 4).

O dinheiro, em tais sociedades, é o meio ao invés do fim do processo (forma dinheiro como meio de troca). Já nas sociedades em que as relações de produção do capital prevalecem, essa relação se inverte e o dinheiro (agora, dinheiro-mercadoria e dinheiro-capital) deixa de ser meio para ser a própria finalidade da relação mercantil. O valor de uso das mercadorias passa a ser subordinado ao valor de troca, posto que deixam de ter como finalidade principal o consumo e atendimento de necessidades dos envolvidos na produção para tornarem-se meios para produção e reprodução ampliada de capital.

A circulação de mercadorias toma uma outra forma, mais complexa: D-M-D1. Dinheiro é investido para produzir mercadorias que são, então, trocadas por mais dinheiro. E mais, o D1, o dinheiro que o capitalista ou investidor consegue após a transação, é maior do que D, o dinheiro investido inicialmente. (Callinicos, 2004, p. 4).

Dessa margem extra, apenas uma parte é utilizada para a manutenção dos padrões de vida e consumo dos proprietários dos meios de produção. A outra parte de valores excedentes é prioritariamente reinvestida na própria produção e reprodução do modo capitalista de se organizar a sociedade e produzir as condições objetivas e subjetivas de existência. Em outras sociedades, a exemplo do feudalismo, onde a produção era orientada pelo valor de uso, os proprietários dos meios de produção consumiam a parte excedente gerada pelo trabalho dos produtores diretos, não havendo reinvestimentos.

No capitalismo, reinvestir na própria produção é uma necessidade imposta aos capitalistas pelo próprio regime. Ao estar voltada exclusivamente para a produção de mercadorias, fabricantes de um mesmo produto irão competir pelo mesmo mercado. Seu relativo sucesso dependerá em como possam vender seus produtos por um menor preço. Isso implica em aumentar a produtividade do trabalho (Callinicos, 2004, p. 3).

É este processo, através do qual parte da mais-valia é reinvestida constantemente na produção, por força da competitividade e concorrência no mercado, que Marx chama de acumulação de capital. Para fazer frente à competição instituída entre capitalistas, é necessário reinvestir parte importante da mais-valia em meios de produção, aperfeiçoando tecnologias e maquinários e, desta maneira, aumentar a produtividade. Este desenvolvimento, inclusive de tecnologias, está voltado para a manutenção da empresa capitalista dentro de um mercado competitivo e cada vez mais globalizado. Caso contrário, o proprietário que não gerar e reinvestir a mais-valia,

logo se verá superado pelos rivais que investem em métodos aperfeiçoados de produção e que são, portanto, capazes de produzir mais barato e podem obrigar ao rebaixamento dos preços de bens do primeiro capital. Um capital que falha em acumular logo se verá em direção à bancarrota. O processo de acumulação, justamente

porque é inseparável da concorrência entre capitais, não é nada tranquilo ou uniforme. Marx argumenta que o processo de acumulação é também a reprodução das relações capitalistas de produção. O que ele quer dizer é que a sociedade não pode seguir existindo a menos que a produção seja constantemente inflada, e isso depende de os capitalistas reinvestirem o valor realizado no mercado na produção (Callinicos, 2004, p. 13).

Em síntese, e de maneira bem simples, o autor afirma que:

O capital é uma acumulação de valor que atua para criar e acumular mais valor. Bem antes do capitalismo, homens ricos acumularam riqueza pela expropriação de trabalho excedente de pessoas escravizadas ou em situações de servidão. Mas essa riqueza era usada para consumo, sendo que eles podiam ter uma maior porção das necessidades e luxúrias da vida. Essa riqueza não era capital, embora venha de uma fonte comum - trabalho excedente[...] Ele (o capital) atua para assegurar acumulação posterior (Callinicos, 2004, p. 6).

Assim sendo, o designado ‘desenvolvimento’ no sistema capitalista “deve ser entendido como uma trajetória que evolui junto com a acumulação de capital nas mãos dos capitalistas” (Sevá Filho, 2013, p. 208). E este modelo de desenvolvimento imprime sobre a natureza uma lógica reducionista (Ioris, 2010). Ela, a natureza, passa a ser um recurso para a produção de mercadorias e “coisa”, algo estranho à humanidade e dissociada desta através de relações sociais alienadas. Assim, a faculdade inerentemente expansionista do capitalismo o conduz a uma outra contradição universal do modo de produção de capital, além da existente entre os trabalhadores e as relações de trabalho, que é o antagonismo entre o desenvolvimento das forças de produção e as próprias condições de produção (O’Connor, 1998, citado por Ioris, 2010).

Dessa forma, com o avanço das relações de produção capitalista, o metabolismo entre sociedade e natureza passa por uma ruptura, uma falha metabólica no dizer de Marx, em função da crescente mercantilização dos recursos e processos da natureza (Foster, 2005). Isto significa dizer que os desequilíbrios socioambientais gerados pela ilimitada e crescente demanda por finitos recursos naturais estão inscritos no próprio modo de funcionamento da organização socioeconômica capitalista, sendo indissociável de sua existência. Ao precisar expandir-se ilimitadamente para não perecer, ele dilacera a fonte material necessária à sua reprodução: a inescapável contradição entre o capitalismo e sua base natural/material, contradição que nos lançou no seio de uma forte crise ambiental. Diante desse cenário,

a análise da crise ambiental contemporânea deve partir das próprias contradições no interior da sociedade humana, contradições que não são biológicas, mas sociais; que não se baseiam na evolução genética, mas na história econômica; que não têm raízes nas contradições ecológicas em geral, mas naquelas que se estabelecem entre classes e setores sociais em particular (Foladori, 2001, p. 45).

A história econômica é fundamental para a discussão dessa crise. A ocorrência da revolução industrial intensificou o processo de ruptura entre natureza e sociedade, ainda que se verifique a inerente indissociabilidade entre ambas, conforme evidenciado pelas correntes da Ecologia tanto social quanto política.

Para Moscovici (2007), referência da Ecologia Social, o lugar do ser humano na natureza está em crise. De maneira convergente, Loureiro e Layargues (2013), autores vinculados à Ecologia Política, reforçam esse entendimento ao afirmarem que a causa dos problemas ambientais tem origem nas

relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes. Para estes, em resumo, a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza.

O presente artigo se insere nesse contexto, trazendo alguns argumentos e contribuições teóricas que embasam a pertinência de se abordar a problemática da atual crise ambiental considerando a sua complexidade. Esta abrange, além de aspectos espaciais e temporais objetivos, entre os quais os sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais; também dimensões subjetivas, psicológicas.

Considerando essa complexidade, nos baseamos em referenciais teóricos que discutem os conflitos socioambientais brasileiros à luz do materialismo histórico-dialético; e em autores vinculados à psicossociologia, para defender uma abordagem psico-socioambiental dos conflitos ambientais enquanto perspectiva capaz de promover investigações que focalizem o lugar intermediário de diálogo entre as subjetividades individuais e a objetividade socioambiental presente nesses fenômenos de disputas materiais e simbólicas. Nessa articulação, o trabalho, em seu sentido ontológico e constitutivo do ser social, nos termos de Lukács (2015), apresenta-se enquanto categoria analítica importante de investigação.

Nessa trajetória, partiremos das contribuições da psicossociologia para a compreensão dos fenômenos psico-socioambientais desencadeados no avanço exploratório e predatório do sistema capitalista sobre corpos e ecossistemas; e posteriormente para a importância de se considerar os aspectos simbólicos (subjetivos) envolvidos nos conflitos socioambientais que tendem a surgir nesse processo de reprodução social.

A Abordagem Psicossocial

A psicossociologia ganhou espaço e se desenvolveu tendo em vista as dificuldades históricas, por força de seus objetos, da sociologia e da psicologia, de modo independentes, se aproximarem da integralidade das condutas humanas. A diferença entre sociologia e psicologia não decorre essencialmente de que uma se ocupa das coletividades/sociedade e a outra do indivíduo, mas de que as duas se mantêm em certo nível de abstração e fragmentação na compreensão da totalidade social ao ignorar os processos interacionais que lhes são irreduzíveis. Conforme afirma Maisonneuve (1977), não há sociedade sem indivíduo e igualmente não há indivíduo que se constitua como tal fora de sociedades historicamente determinadas.

Para o autor (1977), o domínio próprio da psicossociologia aparece como o da interação dos processos sociais e psíquicos ao nível das condutas humanas; das pessoas e dos grupos no quadro da vida cotidiana. Desta forma, tem como principal diferenciação, nem tanto seu objeto de estudo, mas o modo como lida com seu objeto (Moscovici & Hewstone, 1985, citado por Costa & Maciel, 2009).

Segundo os autores supracitados, a psicossociologia integra sujeito e objeto por meio de um olhar distintivo e ao mesmo tempo integrativo ao buscar a compreensão dos fenômenos em um nível intermediário de diálogo entre a dimensão individual e a macrossocial.

Maisonneuve (1977) prefere o termo psicossociologia em relação à psicologia social, pois este pode aparecer enquanto seção particular da psicologia, sendo também abusivo considerar a psicossociologia parte da sociologia. Nesse sentido, o autor prefere utilizar o termo enquanto um campo de conhecimento ou ciência autônoma em relação às outras duas. A pretensão é afastar-se tanto de uma perspectiva “socializante”, que realça a primazia do coletivo em relação ao individual, quanto “psicologizante”, cujas bases se alicerçam na dissociação do indivíduo em relação à sociedade, ou da constituição biológicas sobre a cultura.

Segundo Nasciutti (1996), a psicossociologia se debruça sobre as relações que o indivíduo

mantém com o social: os aspectos sociais e psíquicos que atuam nessas relações, o modo como estas se estruturam e os efeitos da interação sobre o indivíduo. Este visto como ator social relativamente autônomo, dotado de liberdade de ação frente a um contexto social que o precede e que lhe designa um lugar; indivíduo membro de uma cultura, mas também sujeito psíquico, dotado de pulsões, de afetos, defesas, projeções, identificações e desejos, constituindo o social que o constitui.

O campo da Psicossociologia é o dos grupos, das instituições, dos “conjuntos concretos” nos quais o indivíduo se encontra e que mediatiza sua vida pessoal e a coletividade. Trata-se do estudo do desejo do sujeito e da vontade dos atores sociais modificando (agindo sobre) um mundo que os modifica e sobre eles age; trata-se ainda da reconstrução de uma realidade psíquica e histórica, cuja consciência, questionamento e interpretação podem produzir um sentido novo. Perceber as dimensões essenciais dos problemas, dos conflitos, dos processos de idealização e de alienação, dos investimentos pessoais, pode ser um caminho para a transformação da ação individual e coletiva, da vontade de inovar e de buscar um prazer mais legítimo para cada um (Nasciutti, 1996, p. 54).

Esta busca pode ser compreendida enquanto um processo emancipatório, conforme definição de Thiollent (2002). Para o autor, emancipação é o contrário de dependência, submissão, alienação, opressão, dominação e falta de perspectiva. Desta forma, o termo caracteriza situações em que se encontram sujeitos que conseguem atuar com autonomia, liberdade e auto-realização. Pode representar lutas e conquistas, de caráter coletivo e compartilhável entre membros de classes populares, capazes de mobilizar coletividades a alcançar resultados mais abrangentes. Em síntese, o autor assume o conceito de emancipação como sendo diferente de uma “simples” ascensão social, ou promoção, por estar ligada a uma trajetória com dimensões participativa, crítica e reflexiva visando transformações sociais.

Esse compromisso pode orientar a avaliação e inclusão de diferentes abordagens, trazendo para as sistematizações teóricas e interventivas o máximo possível de forças e atores sociais progressistas e engajados em lutas emancipatórias. Assim podem ser construídas alianças ou, em termos gramscianos, um bloco histórico de atores sociais que contribuem para as várias formas de práxis emancipatórias. Em parte, a própria participação no trabalho profissional concreto, em seus debates e lutas, nos coloca permanentemente este desafio (Vasconcelos, 2008).

Segundo este autor (2008), no mundo acadêmico e científico, assim como na formação e prática profissional, é possível fragmentar a realidade a ser investigada com base nas competências, saberes, teorias e ciências muito específicas. Ultrapassar essa postura convencional é buscar a não redução da riqueza multidimensional da realidade.

Este desafio implica fazer do processo de construção do conhecimento uma atividade com riscos muito maiores em relação ao pensamento herdado; maior probabilidade de errar criando. Nesse sentido, ter como fim de pesquisa a aproximação a uma realidade reconhecidamente complexa, e explicitar que a própria pesquisa está contida neste real sobre o qual não temos controle; é reconhecer que também não temos controle sobre a própria pesquisa, e a falta deste pressupõe riscos, seja na vida cotidiana ou acadêmica.

Segundo Vasconcelos (2008), uma particularização específica do olhar que negligencie o contexto não é desejável para quem assume um compromisso junto às lutas populares ou à produção de políticas sociais públicas emancipatórias. Esse engajamento nos implica pensar o objeto de estudo do ponto de vista da complexidade com que ela se apresenta na realidade, de forma que subsidie a práxis dos atores sociais que nela atuam em prol das necessidades, interesses, projetos históricos, lutas e ações de movimentos populares emancipadores. Nesse caso, continua o autor, a delimitação do objeto

nos exige um foco empírico bastante preciso, pois é a partir da sua complexidade que as definições teóricas e contribuições metodológico-operativas mais concretas poderão ser definidas com precisão. É também com esse fim que buscamos sugerir a adoção da categoria trabalho, inclusive enquanto mediadora da articulação teórica entre os campos socioambiental e psicossocial.

A integração entre estes dois campos pode favorecer a compreensão de fenômenos socioambientais complexos que envolvem dimensões materiais e psicológicas. No que interessa ao presente artigo, nos processos relacionais mediados pelo trabalho presentes nos conflitos psicossocioambientais.

Segundo Veronese e Guareschi (2005), é possível afirmar que o trabalho é espaço privilegiado de constituição do sujeito, seja sob o ponto de vista de uma sociologia das práticas sociais ou de um ponto de vista psicológico. O processo de trabalho, do ponto de vista ontológico, ou seja, enquanto atividade humana criadora objetivada, protoforma do ser social, ao contribuir com a configuração da saúde mental, autoestima, vida familiar, realização e satisfação pessoal de quem o exerce, gera reflexos também no engajamento social dos trabalhadores, com distintas identidades e relações de classe.

O trabalho propicia o estabelecimento de relações onde as competências cognitivas e afetivas do sujeito são postas a prova, desenvolvidas, intensamente vivenciadas através das múltiplas experiências que o contexto laboral proporciona. É impossível dissociar, nessa perspectiva, psicogênese e sociogênese das emoções, cognições e ações de um sujeito; são processos concomitantes, e os tomamos, articulados, como processos de subjetivação (Veronese & Guareschi, 2005, p. 62).

Esse olhar mais integrativo se aproxima do que Loureiro afirma em relação a alguns autores marxistas, entre os quais Postone. Estes, segundo o autor, recuperam

o sentido praxiológico e dialético da obra de Marx, evidenciando que o processo de transformação social não se dá pelo agir no mundo do trabalho (dimensão estrutural-sistêmica) ou no da linguagem (cotidiano, universo simbólico), formalmente separadas, mas pela superação das formas de mediação social de uma sociedade determinada historicamente (mediações estas que exigem o entendimento mutuamente constitutivo entre estas ‘dimensões’ (Loureiro, 2015, p. 161).

Além do universo material, nessas mediações sociais complexas também estão incluídos universos subjetivos onde construções simbólicas de sentidos, sobre si e o mundo, se dão em mútua e estreita relação com aquele universo objetivo. Dessa forma, os constructos da psique humana, enquanto fenômenos da pessoa ou sujeito singular, são indissociáveis do lugar sócio-histórico onde tais subjetividades, através do trabalho, são conformadas ao mesmo tempo que conformam o local onde se constituem (Veronese & Guareschi, 2005).

Segundo Loureiro (2015, p. 170), autor que reforça a importância da categoria trabalho no tocante às discussões socioambientais de nosso tempo,

os problemas e questões postos na contemporaneidade se configuram de determinadas formas no capitalismo que não equivalem ao que foi socialmente estabelecido em nenhuma outra sociedade e tais formas precisam ser enfrentadas concretamente – e não como fatores descolados das mediações sociais complexas que as constituem (Loureiro, 2015, p. 170).

Nesse processo de transformação, além do trabalho, as classes também se apresentam como categorias importantes, inclusive nos debates que visam mudanças nas relações socioambientais do

modo de produção capitalista. Segundo Thompson (2002), classe é estrutura e processo, conjunto de práticas culturais e políticas dotadas de historicidade e vinculadas a relações e modos de produção.

Investigar as relações mediadas pelo trabalho vinculado aos distintos modos de produção, entre os quais o capitalista, pode contribuir com o debate sobre a atual crise socioambiental. Esse caminho converge com a perspectiva e o objeto de estudo da ecologia política. Segundo Loureiro e Layargues (2013), a ecologia política busca, a partir de determinado contexto, compreender o modo de funcionamento societário para propor intervenções políticas que visem transformar condições estruturais de produção e relações de propriedade geradoras de injustiças socioambientais.

Além disso, estes autores apontam que a ecologia política, ao explicitar as contradições do atual modelo de desenvolvimento - que se sustenta na geração de desigualdades socioeconômicas e no uso abusivo e predatório da natureza - intenta compreender e explicitar a necessidade de transformação dessa realidade que é “além de materialmente insuportável, também eticamente abominável” (Gorz, 1976, citado por Loureiro & Layargues, 2013, p. 56).

Para a transformação dessa realidade que descortina-se no âmbito dos conflitos ambientais, abordagens que contribuam com a elucidação dos fenômenos psico-socioambientais presentes nestas disputas podem ser um importante instrumento de emancipação.

Conflitos Ambientais: Lutas Simbólicas e Materiais

A categoria ‘conflito ambiental’ - de caráter socioambiental e por isto definida no presente artigo também como ‘conflito socioambiental’ - qualifica e integra a ação organizada em defesa de justiça social e do direito à vida emancipada, saudável e sustentável, uma vez que trata das relações estabelecidas nos processos conformados a partir de interesses antagônicos entre agentes que disputam recursos naturais e buscam legitimar seus modos de vida (Loureiro & Layargues, 2013).

Qualificando e integrando a ação organizada em defesa do direito a uma vida emancipada e, ao mesmo tempo, promotora de justiça socioambiental; os conflitos ambientais se dão, segundo Acselrad (2004b), quando num determinado contexto envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território; pelo menos um desses grupos tem a continuidade das suas formas de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Segundo este autor, no processo de sua reprodução, diferentes sociedades se confrontam com diferentes projetos de uso e significação dos recursos ambientais. Em face de interesses distintos de uso, podem eclodir conflitos entre os diferentes projetos, sentidos e finalidades de apropriação de um determinado território e seus recursos naturais em disputa.

Os conflitos ambientais surgidos [...] são emblemáticos das contradições que permeariam os modelos de desenvolvimento no interior do qual respectivamente eclodem. E, ao contrário da visão funcionalista para a qual os conflitos são um simples sinal de que algo não vai bem, trazendo benefícios ao sistema e permitindo-lhe uma auto-regulação permanente, há que considerar que na recusa dos atores há também uma positividade (Moulier e Boutang, 1999, citado por Acselrad, 2004b, p. 17)

E em complemento, Acselrad (2004b, p.17) afirma que “essa positividade não é apenas constitutiva de sujeitos, que se definem com frequência em um movimento de recusa, mas ela tem efeitos também, no caso que nos ocupa, sobre o modo como se organizam as relações espaciais e as formas de apropriação do território e seus recursos”. Para a análise destes conflitos, o autor supracitado (2004a; 2004b) afirma a importância de se considerar não só as dimensões ambientais (objetivas),

mas também os constructos das psiques humanas envolvidas. Afinal a contestação e disputa pela apropriação dos territórios e seus recursos estão associadas tanto ao universo material (objetivo) quanto ao simbólico (subjeto).

Vista a complexidade do quadro que se afigura na reordenação contemporânea dos mecanismos de regulação dos recursos ambientais a nível mundial, coloca-se, tanto para pesquisadores como para formuladores de políticas, o desafio de encontrar os instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos sócio-ecológicos e políticos que põem, inelutavelmente, ‘a natureza no interior do campo dos conflitos sociais’. O método requererá o esforço [...] de articular a caracterização das dimensões físico-materiais com a explicitação das dimensões simbólicas associadas aos modos de representar o ‘meio’, ambos elementos indissociáveis na explicação das estratégias dos diferentes atores envolvidos nos processos conflituos em causa (Acselrad, 2004a, p. 9).

Nesse ‘meio’ que é representado de maneira distinta pelos diferentes sujeitos e grupos socioculturais, e inclusive entre os próprios membros contidos nestes, estão incluídos os demais atores e sujeitos com os quais cada um daqueles diferentes grupos se relacionam. Os outros são por nós representados a partir dos constructos simbólicos que dinamicamente herdamos, transformamos, construímos e/ou aceitamos, e não raro conforme nossos interesses.

Investigar o espaço simbólico onde desenvolvem-se os conflitos ambientais significa assim esclarecer as condições de instauração de princípios de referência evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvem a noção de natureza e de meio ambiente (Acselrad, 2004b, p. 20).

Inspirados pelos autores acima e outros mais (Costa & Macedo, 2016; Duarte, 1999; Costa, 2012; Vieira, 2012; Valencio, Paula & Scopinho, 2014), ressaltamos a importância de abordagens de investigação que sejam sensíveis tanto ao papel da diversidade sociocultural, ou seja, às distintas subjetividades, representações e construções simbólicas envolvidas; quanto ao papel do conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material. “Tal perspectiva é a que parece ser cada vez mais essencial ao delineamento de um quadro analítico capaz de orientar políticas ambientais que apresentem, ao mesmo tempo, atributos de efetividade e de legitimidade democrática”². (Acselrad, 2004b, p. 14).

Quando situada dentro do campo psicossocial enquanto uma abordagem psico-socioambiental, tal perspectiva, além de contribuir com a compreensão dos conflitos ambientais, tende a fomentar alianças e articulações políticas entre aqueles que se encontram isolados dentro de movimentos, instituições e campos de saber ora fragmentados.

Para os envolvidos na busca de processos mais descentralizados e democráticos de ordenamento territorial, tal perspectiva é também uma oportunidade de contribuir com a visibilidade necessária

² Segundo Acselrad (2004,b, 30), “a percepção da pertinência da consideração dos conflitos ambientais para qualquer esforço político de ordenamento territorial que remeta a critérios ecológicos atingiu em período recente até instâncias usualmente pouco propensas a incorporar analiticamente o dissenso”. Buscando corroborar esse entendimento, Acselrad se utiliza de trecho de um documento de um técnico do Banco Mundial tornado público no ano 2000, aqui transcrito: “A sociedade é caracterizada por conflitos, muitas vezes sobre o uso da terra e seus recursos. A resolução de conflitos sociais se dá através do processo político. O processo técnico de planejamento tem certa tendência de esperar que ele, por si só, possa levar a um consenso, a uma harmonia social sobre o assunto. Certamente pode contribuir para tal. Mas o zoneamento não deve ignorar a existência de conflitos de interesses como um fato básico social, e terá mais chances de sucesso se for conduzido como um processo de negociação, de resolução de conflitos entre os que possuem interesses envolvidos. Parece, inclusive, que deveria começar logo com o diálogo entre os interessados sobre os problemas e opções por eles percebidos, e não com as pesquisas e os mapas. O processo em quase todos os casos (exceção: Acre) parece ter começado com os trabalhos técnicos.” (Diewald, 2000). Por favor, inserir aqui apenas a citação, e transferir a referência para o final do trabalho

ao reconhecimento político e cultural dos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais e de concentração de capital (Acselrad, 2004a).

Entre estes grupos, estão os diversos povos e comunidades tradicionais que aparecem recorrentemente no Mapa dos Conflitos Ambientais³ (FIOCRUZ/Brasil, 2010). Assim acontece devido às suas concepções e formas de uso do espaço diferentes das concepções e formas capitalistas, estando em jogo a continuidade de seus territórios tradicionais (Leroy & Meireles, 2013).

Segundo estes autores (2013, p. 117), além de uma busca permanente por um crescimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais que tende ao esgotamento desses recursos ou à sua degradação; nas concepções e formas de desenvolvimento capitalistas “o espaço se torna algo indefinido, mero suporte para as atividades econômicas e infraestruturais [...] A única estratégia para o capital parece ser a corrida tecnológica e uma crescente artificialização do planeta e da vida humana”. Já nas relações de ocupação, produção, significação e usufruto entre os povos e comunidades tradicionais e seus territórios; há vínculos interdependentes daqueles com a conservação dos biomas e ecossistemas dos espaços tradicionalmente por eles ocupados (Leroy & Meireles, 2013; Porto e Pacheco, 2009, citado por Pacheco & Faustino, 2013; e Fiuza, 2017).

Considerações Finais

Este artigo é um ensaio teórico que busca discutir a atual crise socioambiental a partir de uma abordagem psicossocial, tendo enquanto cerne para esse debate as categorias trabalho e conflito ambiental.

Ao reconhecermos a complexidade dessa crise que inclui tanto aspectos materiais (objetivos) quanto simbólicos (subjetivos), argumentamos sobre a pertinência de observarmos os fenômenos relacionados a essa crise psico-socioambiental a partir de uma perspectiva psicossocial.

Alicerçados na ecologia social e na ecologia política, partimos de argumentos que reforçam a indissociabilidade entre fatores socioeconômicos e ambientais. Indissociabilidade semelhante pode ser percebida entre as construções sociais e a psicogênese, conforme aportes de autores ligados à psicossociologia. Articulando essas diferentes, porém relacionadas dimensões, recorreremos ao trabalho enquanto categoria analítica posicionada nos interstícios entre o social e o ambiental (socioambiental); e entre este universo socioambiental e às psiques humanas (psico-socioambiental).

Contribuindo coma investigação deste último espaço intersticial, a psicossociologia apresenta-se como um campo de conhecimento que tende a favorecer a compreensão dos fenômenos psico-socioambientais inerentes às disputas por territórios e recursos naturais que se dão na reprodução do modelo societário capitalista. Tal modelo de reprodução social pode ser caracterizado enquanto inviável ambientalmente, injusto socialmente enegador/invisibilizador das diversidades culturais, conforme evidenciado através dos conflitos ambientais.

Caracterizando-se como um campo complexo de mediação social, tais conflitos nos convidam a ousarmos cada vez mais na busca de estratégias que visem expandir nossos olhares investigativos e ampliar nossas articulações políticas na busca por uma sociedade mais justa, diversa e viável.

³ Iniciativa que visa - através da sistematização de informações e a listagem de territórios onde riscos e impactos ambientais afetam diferentes populações brasileiras - tornar públicas as vozes que lutam por justiça ambiental e que frequentemente são discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia.

Referências

- Acelrad, H. (2004a) Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: *Conflitos ambientais no Brasil*, 7(11). Relume-Dumará.
- Acelrad, H. (2004b). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais no Brasil*, 7(11). Relume-Dumará.
- Callinicos, A. (2004). Introdução ao capital de Karl Marx. *Revista Espaço Acadêmico*, 38(4), p.1-19.
- Costa, S. L. (2012). Terapia ocupacional social: dilemas e possibilidades da atuação junto a povos e comunidades tradicionais. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 20(1), pp. 43-54. DOI:10.4322/cto.2012.005
- Costa, S. L. & Macedo, M. D. C. (2016) Povos e Comunidades Tradicionais. In: Malfitano, A. P. S. & Lopes, R. E. (Org.). *Terapia Ocupacional Social: desenhos técnicos e contornos práticos*, pp. 221-240. São Carlos: Ed UFSCar.
- Costa, S. L. & Maciel, T. M. D. F. B. (2009). Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1). Acessado em 05 de maio de 2018. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000100007&lng=pt&tlng=pt.
- Diewald, C. (2000). ZEE – Como continuar? In: *Seminário sobre zoneamento ecológico econômico*, p.3. Anais. Manaus: Ministério do Meio Ambiente-MMA.
- Duarte, L. F. D. (1999). *As redes do suor: A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: EDUFF.
- FIOCRUZ/Brasil (2010). *Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Acessado em 5 de maio de 2017, de <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>
- Fiuza, A. C. (2017) *Modos de produção enquanto ferramenta para a conservação: uma análise na Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Foladori, G. (2001). *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp.
- Foster, J. B. (2005) *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ioris, A. A. R. (2010). Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: Almeida, A. W. B. e cols. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 211-255. DOI:10.22296/2317-1529.2011v13n2p171
- Leroy, J. P. & Meireles, J.(2013). Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos*, pp. 115-131. Editora Fiocruz.
- Loureiro, C. F. B. (2015) Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 32(2), p. 159-176. Acessado em 05 de maio de 2017. <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5536>
- Loureiro, C. F. B. & Layargues, P. P. (2013). Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, 11(1), p. 53-71. DOI:10.1590/s1981-77462013000100004
- Lukács, G. (2015). *Por uma ontologia do ser social*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Boitempo.

- Marx, K. (2008). *O capital*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Maisonneuve, J. (1977). *Introdução à psicossociologia*. São Paulo: USP.
- Moscovici, S. (2007) *Natureza, para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad x.
- Nasciutti, J. (1996) Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. *Revista Documenta*, ano 4, p. 51-58. Rio de Janeiro.
- Pacheco, T. e Faustino, C. (2013). A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos*, pp.73-114. Editora Fiocruz.
- Sevá Filho, A. O. (2013) Capitalismo e Energia: alguns mecanismos básicos dos conflitos e das injustiças sofridas pelo povo brasileiro. In: *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos*, p.207-253. Editora Fiocruz.
- Thiollent, M. (2002) Construção do conhecimento e metodologia de extensão. *Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, p. 1–11. Retrieved from http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/conferencias/construcao.pdf.
- Thompson, E. P. (2002). *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Valencio, N.; Paula, E. A. & Scopinho, R. A. (2014). Entre controvérsias, tensões e restrições: desafios de processos de territorialização de grupos sociais vulnerabilizados em contextos socioambientais distintos. In: *Formas de Matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflito*. Belo Horizonte: editora da UFMG.
- Vasconcelos, E. M. (2008) *Abordagens Psicossociais: História, teoria e Trabalho no Campo*, vol. 1. São Paulo: Editora Hucitec.
- Veronese, M. V. & Guareschi, P. (2005) Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), p. 58-69. DOI:10.1590/s0102-71822005000200009
- Vieira, M. G. (2012) *Caboclos, Cristãos e Encantados: Sociabilidade, Cosmologia e Política na Reserva Extrativista Arapixi*, 298pp. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Submetido em: 10/05/2017

Aceito em: 18/09/2017